



**COMPARTILHANDO METODOLOGIAS DE PRESERVAÇÃO DE  
MEMÓRIAS DO PASSADO RECENTE: os arquivos de história oral em sítios  
de memórias do Cone Sul**

**BRITO, Ana Paula<sup>1</sup>**

**Resumo:** A história oral tem sido utilizada cada vez mais como fonte documental nas distintas disciplinas das ciências humanas. No caso dos sítios de memória preservados no Cone Sul, a realização de entrevistas com vítimas de regimes ditatoriais contribuiu significativamente para a reconstituição museal dos lugares que foram utilizados como centros de detenção, tortura e assassinato. Este artigo analisa as semelhanças dos trabalhos desenvolvidos nos arquivos de história oral de três sítios de memória preservados no Cone Sul: o Archivo Provincial de la Memoria, na Argentina, o Memorial da Resistência de São Paulo, no Brasil, e o Parque por la Paz Villa Grimaldi, no Chile.

**Palavras-chave:** arquivo de história oral, ditadura, sítio de memória.

A América Latina, conhecida entre os militantes de organizações de direitos humanos da região como “*Patria Grande*”, compartilhou experiências traumáticas de ditaduras militares. Especificamente no caso do Cone-Sul, houve um compartilhamento de metodologias de violência aos civis ditos “subversivos” e uma perseguição regional às pessoas que questionavam as ordens dos governos militares e lutavam por democracia, na parceria que foi chamada de Plano Condor.

A seguir, serão apresentadas algumas experiências de construção de arquivos de história oral, que preservam memórias do período ditatorial na região. Por isso é importante registrar os períodos históricos em que ocorreram os golpes de estado nos três países analisados neste artigo. Na Argentina, a ditadura foi estabelecida de 1976 a 1983; no Chile, de 1973 a 1990; e, no Brasil, de 1964 a 1985. No processo de transição para democracia, cada país promoveu de modo distinto o enfrentamento com esse passado recente e doloroso. Mas, em todos eles, os lugares de memória foram muito

---

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Heloísa de Faria Cruz. Bolsista da Capes. Diretora do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo e coordenadora da pesquisa histórica e museológica da segunda etapa para a implantação do futuro Memorial da Luta pela Justiça. Foi pesquisadora Plena do MRSP entre os anos de 2014 e 2016, atuando na coordenação do núcleo de pesquisa. E-mail: paulabritoa@yahoo.com.br

importantes para alguns grupos de vítimas, como ex-presos políticos e familiares de vítimas. Em distintos momentos, contextos e motivações, lugares que foram utilizados como centros de detenção das ditaduras, foram transformados, na democracia, em sítios de memória. E é justamente os arquivos de história oral de alguns desses sítios que serão analisados neste artigo.

### **OS SÍTIOS DE MEMÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DOS ARQUIVOS DE HISTÓRIA ORAL**

Em Santiago do **Chile**, os militares compraram uma antiga mansão onde eram realizados eventos da alta sociedade chilena, conhecida como Villa Grimaldi, para sediar o Cuartel Terranova, um centro clandestino de detenção e tortura. Este centro clandestino foi dirigido pela Direção de Inteligência Nacional – DINA, entre 1973 e 1978.

Em 1987, Hugo Wenzel, o último diretor do Centro Nacional de Informações, vendeu a propriedade da Villa Grimaldi para a construtora de seus familiares. A intenção era demolir tudo para construir um conjunto habitacional.

Na região da Villa Grimaldi havia uma associação de vizinhos, que tinha atuação em cuidar do bairro e denunciar as violações de direitos humanos na comunidade. Na década de 1990, este grupo soube da intenção de destruir a Villa Grimaldi e convocou outras organizações de direitos humanos, como a Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos Políticos, ex-presos políticos, partidos políticos e outros grupos da sociedade civil, para iniciar uma campanha pública, com manifestações para impedir a demolição e preservar o lugar.

Em 10 de dezembro de 1994, o lugar foi expropriado pelo Ministério de Habitação e Urbanismo. Com isso, ganha-se mais força a discussão sobre o que fazer e como fazer para preservar este lugar. Finalmente, em março de 1997, foi transformado no Parque por la Paz Villa Grimaldi, o primeiro centro clandestino de detenção da ditadura recuperado na América Latina. Esta perspectiva pioneira da preservação da Villa Grimaldi e o fato de que a demanda já entendia a recuperação do lugar como uma ação

de direitos humanos, através da preservação da memória, é bastante significativa de ser registrada.

O arquivo de história oral da Villa Grimaldi surge em 2006, fruto da necessidade de dispor de documentações sobre o lugar. “A DINA não entregou informação, portanto não há clareza sobre o funcionamento e como não existe documentação aqui a respeito, o que existe são os sobreviventes” (MOYA, 2014).

Em 2006, a instituição recebeu uma doação financeira da Fundação Ford e iniciou a coleção principal do arquivo de história oral com 10 entrevistas que inauguraram a coleção “*Testimonios de la Villa*”.

As entrevistas têm um enfoque biográfico, não se centram na experiência específica da prisão, possuem uma perspectiva mais ampla. “A experiência na Villa Grimaldi é um marco a mais em sua experiência de vida” (SAGREDO, 2016). E umas das perguntas padrão do roteiro produzido é o pedido ao entrevistado para que conte sobre um dia na Villa Grimaldi. O pedido rende ao entrevistado a possibilidade de contar o que ele queira sobre as experiências vividas por ele naquele lugar.

Por serem biográficas, as entrevistas são extensas, algumas com 6 horas de gravação. O pesquisador responsável pelo arquivo, Sagrero (2016), relata que nesse primeiro momento do arquivo, os ex-presos estavam incomodados com as curtas declarações à *Comision Valech*<sup>2</sup>, e tinham interesse em declarar sobre suas experiências de modo mais amplo. Para a primeira coleção, “*Testimonios de la Villa*”, a instituição contou com a capacitação sobre metodologia do arquivo de história oral da organização argentina Memoria Abierta. Com o passar dos anos, o arquivo da VG criou duas sub-coleções: uma sobre os mapuches, em 2010, e outra sobre exílio, em 2013.

Na **Argentina**, o Archivo Provincial de la Memoria – APM, localizado na cidade de Córdoba, foi constituído em um conjunto de casas onde funcionou o Departamento de

---

<sup>2</sup> Comissão Nacional sobre desaparecimentos políticos e tortura, criada pelo Governo Federal no ano de 2011.

Informações Polícia da Província de Córdoba – D2, utilizado como centro clandestino de detenção durante a ditadura militar.

Até 1978, civis foram presos, torturados e assassinados no local, que também era onde os ex-presos e perseguidos políticos deveriam comparecer regularmente para assinar a liberdade condicional. Depois de anos de lutas e reivindicações públicas de diversas organizações de direitos humanos de Córdoba, que discutiram democraticamente o que deveria conter nesta lei, o governo da província aprovou e publicou a Lei nº 9.286/2006, nomeada *Ley de la Memoria*. Esta lei regulou o estabelecimento e o funcionamento da comissão do APM. Em março de 2008 o local foi transformado num arquivo e sítio de memória.

O arquivo de história oral do APM foi iniciado em 2007, com o objetivo de ampliar o trabalho de recuperação de memórias. Ludmila Catela, então diretora do APM, relata que:

*“Este archivo inicialmente debería contener los documentos de la represión, o sea, aquellos documentos que fueron producidos por la fuerza de seguridad, sea el ejército o la policía. Un lugar como este no podría tener solo una visión del pasado y que por lo tanto debíamos constituir diferentes espacios para que haya puntos de vista diferentes sobre eso pasado. En ese sentido se creo el archivo de historia oral que nos permite de alguna forma recuperar la militancia política sindical de las personas que fueron perseguidas por las fuerzas de seguridad”. (CATELA, 2009)*

A primeira etapa deste arquivo de história oral é aqui nomeada como sendo um reconhecimento do lugar, pois as primeiras entrevistas resgatam através das histórias de vida dos entrevistados, relatos sobre o que foi o antigo D2 e seus espaços. Nas entrevistas feitas em 2007 e 2008, há dois momentos: no primeiro momento, a conversa se dá em uma sala do APM; no segundo momento, o entrevistado percorre com o entrevistador os espaços do antigo D2, fazendo um reconhecimento de cada espaço no qual foi mantido sequestrado. “Foi um pouco o objetivo inicial quando abrimos o sítio de memória, poder, a partir dos testemunhos, não só saber como funcionava a máquina repressiva, mas também como era este lugar no dia a dia” (CATELA, 2015). Neste período foram feitas 31 entrevistas, sendo duas delas coletivas e as demais, individuais. Essas entrevistas fazem parte do que depois foi chamada de “*Colección Memorias de Exdetenidos del D2*”.

Depois do reconhecimento dos espaços do que foi o D2, se inicia a ampliação das coleções do arquivo de história oral, sobretudo em 2009, denominada aqui como sendo uma segunda etapa deste arquivo. Neste processo, foram criadas, até 2011, várias coleções para atender às demandas da instituição e interesses dos pesquisadores que trabalharam no arquivo de história oral, ao longo de seu desenvolvimento. As coleções criadas foram: *Memorias de familiares de detenidos desaparecidos*; *Memorias de movimientos obreros de Cordoba*; *Paralelos 78*; *Resistencia Peronista*; *Vida cotidianas y represión*; *Movimientos TercerMundistas*; *Diversidad Sexual y Represión*; *Organizaciones armadas*; *Memorias del Exilio*; e *HIJOS*.

No **Brasil**, o Memorial da Resistência de São Paulo foi o primeiro lugar no país em que se deu o processo de recuperação de um lugar de memória da ditadura pelo Governo do Estado de São Paulo, a partir da reivindicação de grupos da sociedade civil. No lugar, funcionou o Departamento de Ordem Político e Social – Deops/SP, entre 1940 e 1983. Durante o período da ditadura civil-militar, funcionou como cárcere oficial de presos políticos.

Inicialmente recuperado como Memorial da Liberdade, em 2002, foi renomeado, em 2008, para Memorial da Resistência de São Paulo, após exigências feitas por um grupo de ex-presos políticos, que estavam insatisfeitos com o trabalho de memória feito no lugar.

No processo de constituição da nova proposta museal, surgiu o Programa Coleta Regular de Testemunhos. Este programa foi criado para atender as novas demandas museológicas, especificamente durante o processo de criação da exposição de longa duração. Na primeira etapa do programa, oito ex-presos políticos foram entrevistados no local.

O programa só retoma em 2012, quando uma equipe formada por um ex-presos político, um pesquisador e a coordenadora da instituição realizaram sete entrevistas individuais. Em 2013, foram realizadas mais 43 entrevistas. A partir de 2014, o programa ingressa numa terceira etapa. Neste momento, se buscou consolidar a metodologia das entrevistas, organizar e sistematizar os dados obtidos, definir as formas de

arquivamento dos registros audiovisuais e do acesso público ao acervo. No mesmo ano foram realizadas outras 45 entrevistas.

Se observa que as entrevistas realizadas nos três arquivos são utilizadas como instrumento para reconstruir os espaços e suas utilizações quando eram centros de detenção, com mais destaque nos casos argentino e brasileiro, que possuem um recorte temático sobre a história do prédio. E em menor ênfase no caso chileno, por ter um roteiro focado na história de vida. No caso argentino, especificamente, as entrevistas acompanharam o processo de recuperação do lugar. O APM começa a funcionar em 10/12/2006, e a primeira entrevista feita data de 01/03/2007. No caso brasileiro, as entrevistas realizadas no primeiro processo de recuperação patrimonial (1999 – Memorial da Liberdade) desapareceram, e as realizadas em 2007 acompanham o processo de reforma do prédio e da constituição da nova proposta museológica. Por isso, o acervo se inicia com roteiros que buscam recuperar informações sobre os espaços do prédio e o cotidiano daquele cárcere.

### **APROXIMAÇÕES DA METODOLOGIA DOS ARQUIVOS**

Nos três casos, a metodologia dos arquivos não surgem prontas e acabadas. Foram sendo constituídas e aprimoradas ao longo dos anos. O Arquivo da Villa Grimaldi, quando de seu início, já dispõe de uma consultoria e capacitação da organização Memoria Abierta, diferentemente dos arquivos do APM e do MRSP, que não receberam esta referência inicial.

No entanto, cabe destacar que as três instituições pertencem a Rede Latino Americana e Caribeña de Sitios de Memória, entidade coordenada pelo Memoria Abierta que contribuiu com referências e intercâmbio de materiais e metodologias para os três arquivos ao longo dos anos, auxiliando no processo de reflexão e consolidação da metodologia a ser adotada. A seguir, serão apresentadas algumas questões metodológicas observadas nos três arquivos.

**Roteiro, pauta e mediação** – Os profissionais que conduzem as entrevistas têm o desafio de fazer com que a entrevista não se transforme numa experiência de depoimento policial, com muitas perguntas e respostas, mas sim em um testemunho e

compartilhamento de memórias construídas no presente sobre um passado traumático vivido. Por isso, nos três casos, os entrevistadores perguntam antes da entrevista se há algum tema que o entrevistado não deseja tratar durante a entrevista. Se busca, também, deixar claro que a figura do entrevistador seja apenas um mediador entre o entrevistado e o acesso a suas memórias, para que ele possa dispor de uma narrativa mais livre.

Vale observar que essa preocupação busca ressaltar a diferença da experiência vivida pelo entrevistado de dar um depoimento e um testemunho. Há nos três casos um cuidado para que a pauta ou roteiro da entrevista não seja um roteiro “de cinema”, entendendo que não se trata de um questionário no qual o entrevistado é um informante. No entanto, é relevante destacar a importância da condução do mediador, no caso, os entrevistadores das instituições. O fato de não dispor de um roteiro mínimo com as questões a serem realizadas durante a entrevista, às vezes, pode deixar a entrevista com várias idas e voltas numa espécie de cronologia histórica. Isso foi percebido sobretudo nas primeiras entrevistas do acervo de história oral do APM e do MRSP. Em algumas ocasiões o entrevistado afirma: “mas isso vamos dar um salto na história, ou como já falei...”. É interessante que o entrevistador conduza o entrevistado com perguntas que respeitem um mínimo de linha do tempo da narrativa ou dos fatos históricos que serão abordados na entrevista. Nestes casos, outra questão que se observa é o cuidado no uso de certas palavras no momento da entrevista, sobretudo com temas que possam implicar o término da entrevista, ou mesmo bloquear o entrevistado.

**Lugar da gravação** – No APM e na VG, o entrevistado é quem decide onde se sente mais confortável para falar sobre o tema, se em sua casa ou na instituição (os lugares de cárcere transformados em memoriais). Em ambos os casos, a maioria das entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, por escolha dos mesmos. No caso do MRSP, as entrevistas são feitas no Estúdio de História Oral da instituição, localizado no mesmo prédio onde funcionou o antigo cárcere.

A escolha do lugar é algo muito importante a ser considerado. No caso do MRSP, houve situações em que o entrevistado, ao chegar no prédio, foi tomado por uma

grande emoção traumática. Em outros, estar no prédio ajudou o entrevistado a evocar as memórias dos fatos ali vividos no passado. Há também de se registrar os riscos assumidos ao realizar as entrevistas nas residências dos entrevistados, ou nos lugares escolhidos por eles. Alejandra Oberti<sup>3</sup> relatou as principais dificuldades da realização das entrevistas nas residências: ligações para o telefone fixo, interrupção dos demais moradores da casa no ambiente da entrevista, eventual constrangimento de algum relato particular ser dito na presença de seus parentes, entre outros.

No entanto, ao poder escolher o local, o entrevistado pode eleger onde é mais confortável para que ele possa compartilhar suas memórias, que em alguns casos, são relatos ainda privados da sua história e que serão contadas para desconhecidos. A metodologia do trabalho realizado pelo Memoria Abierta, de acordo com OBERTI (2016), reconhece a importância de pensar no lugar que vai ser realizada a entrevista como sendo um lugar tranquilo, cômodo para o entrevistado, que ele possa evocar suas memórias em um lugar que ele se sinta a vontade para falar.

**Restrição e edição** – Uma diferença entre os arquivos é em relação a restrição. No caso do MRSP, no ato da assinatura do termo de autorização para uso da entrevista, o entrevistado pode sinalizar e já deixar registrado no documento se deseja que alguma coisa do que disse seja restrito. No caso do APM, após a entrevista, o entrevistado recebe uma cópia da gravação, para que assista e, se for o caso, restrinja algum trecho ou aprove por completo a entrevista. Esse trabalho de edição é realizado pela própria equipe do arquivo, diferentemente do MRSP que possui uma parceria com a Universidade Metodista de São Bernardo do Campo para fazer as edições. A VG também possui parceria com a Universidad de Chile, que realiza as gravações e as edições, enquanto que a equipe do arquivo de história oral realiza o trabalho de decupagem das informações para as bases de dados e catálogos de acesso ao público.

---

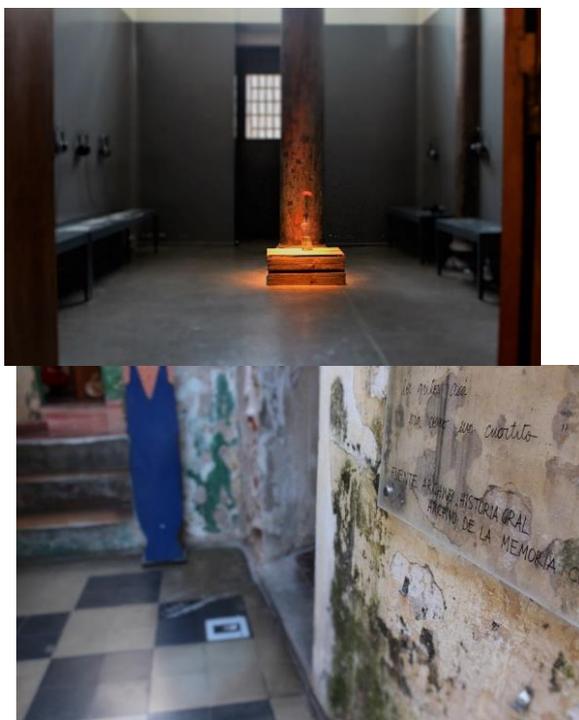
<sup>3</sup> Relato dito em aula sobre história oral, com foco em sua experiência na coordenação do Arquivo de História Oral do Memoria Abierta, durante o Workshop Intensivo de Investigación sobre Memoria Social e Historia Reciente. Aula 4 com Alejandra Oberti e Claudia Bacci - **El Testimonio em los Estudios sobre el Pasado Reciente em América Latina**. Buenos Aires, 25 de fevereiro de 2016.

No APM, há entrevistas que são públicas, e outras que são apenas para consultas internas (em caso de restrição dos entrevistados, que ocorre sobretudo quando o entrevistado é testemunha em algum julgamento de crime de lesa humanidade, ou quando ele faz menção a um caso que está sendo julgado). No arquivo da Villa Grimaldi e do MRSP, até a conclusão este artigo, são todas públicas.

**Arquivamento** – É uma etapa muito importante a ser priorizada por todos os acervos que trabalham com história oral. O receio está além da perenidade dos suportes de arquivamento, considerando sobretudo a necessidade de dispor de cópias de segurança dos arquivos digitais. O caso da VG, dentre os três, é o mais adequado em termos de segurança de salvaguarda, pois os arquivos digitais brutos gravados em fita magnética ficam arquivados em dois lugares diferentes: a original, no Museo de la Memoria de Chile (dada as condições adequadas de estrutura para o acondicionamento ideal para as cintas magnéticas), e uma cópia fica no Instituto de Comunicación y Imagen de la Universidad de Chile. Os arquivos editados ficam em duas cópias no arquivo da VG (1 para o arquivo e 1 para a consulta pública) e uma cópia é enviada para o entrevistado com uma carta de agradecimento e um pássaro de tecido, que é o símbolo do arquivo. No caso do APM, o material bruto é preservado em fitas cassete (as mais antigas) e em um servidor. As entrevistas editadas são gravadas em um suporte de dvd, utilizado para consulta pública, e outra cópia é enviada aos entrevistados. A mesma versão editada é guardada em um servidor que fica no mesmo prédio. No MRSP, há igualmente uma salvaguarda do material bruto e do editado em um servidor que fica no mesmo prédio. Duas cópias das entrevistas editadas são copiadas em dvd, uma para consulta pública e outra é enviada para os entrevistados. Nos três arquivos, os entrevistados recebem uma cópia da entrevista em dvd, posterior a edição.

Vale ressaltar a perspicácia da VG de, em não havendo condições adequadas para o acondicionamento das fitas magnéticas com o material bruto no local, estabelecer parceria com duas instituições que pudessem fazer a guarda. Há uma perda em não dispor do material bruto no local, mas há o ganho da segurança da preservação desses arquivos ao estarem em dois lugares distintos e em condições adequadas de climatização e espaço.

**Utilização dessas entrevistas pelas intuições e consultas públicas** – Nos casos argentino e brasileiro, as entrevistas também são utilizadas pela expografia das instituições museológicas. No MRSP, em uma das celas preservadas (a que possui um cravo no centro), os visitantes podem ouvir trechos das entrevistas com ex-presos políticos, havendo ainda uma tela de vídeo com intérpretes de libras para os visitantes surdos terem acesso aos relatos. De acordo com alguns relatos lidos nos livros de visitas, nas redes sociais da instituição e em conversas com os educadores da instituição, este espaço é o que gera mais emoção nos visitantes.



**Imagem 01 e 02:** Respectivamente, Cella 04 do MRSP, e corredor do APM. Foto: Ana Paula Brito.

No caso do APM, trechos das entrevistas transcritas são vistas em várias partes da exposição de longa duração da instituição, colocados sobre vidros ou acrílicos para preservar as marcas originais do prédio que não sofreu reformas quando de sua constituição museal. Um dos exemplos dessa utilização é o trecho do testemunho sobre os degraus que os presos eram sempre submetidos ao tropeço por estarem vendados, informação muito mencionada nas diversas entrevistas do arquivo.

No que refere-se a consulta pública, os três arquivos trabalham em divulgação para que sejam buscados e sejam reconhecidos como fontes documentais. Uma estratégia comum de divulgação dessas entrevistas pelos arquivos é disponibilizar trechos das mesmas no site ou no canal do youtube da instituição. No caso do MRSP, o catálogo de busca está disponível no site da instituição, de modo que o consulente solicita antecipadamente o acesso a entrevista, justificando o motivo da consulta, que pode ser realizada em apenas um dia na semana, em que o museu é fechado para visitas. O pesquisador tem acesso às entrevistas no Centro de Referência, dentro da exposição de longa duração.

No APM, a equipe do arquivo ainda está trabalhando no catálogo das entrevistas. O pesquisador precisa então escrever ou se dirigir a instituição e consultar os responsáveis pelo arquivo, sobre quais entrevistas dispõe sobre o tema de sua busca. As consultas podem ser feitas em qualquer dia da semana, na sala de trabalho do arquivo de história oral. A VG é o único dos três casos em que a instituição dispõe de uma sala exclusiva para a consulta as entrevistas, e o catálogo com as informações de decupagem das entrevistas pode ser acessado de qualquer computador dentro do prédio. A maioria dos consulentes nos três acervos são estudantes em realização de pesquisa acadêmica, conforme pode ser verificado no quadro a seguir:



**Imagem 03:** Gráfico de dados solicitados juntos as instituições. Consulta feita em fevereiro de 2017 por Ana Paula Brito.

## **POSSIBILIDADES DE ANÁLISES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO REFLETIDAS NAS ENTREVISTAS**

A memória é um processo que existe no presente, e não um objeto pacível de ser resgatado do passado. Ela é resultado de um processo de evocação de recordações no presente, que por sua vez estão carregados de análises, disputas e eleições feitas posteriormente aos fatos narrados. É uma ilusão crer em uma memória pura e isenta de julgamentos, pois ela é naturalmente seletiva e está muito envolvida com a emoção.

*“Ellos estaban acá totalmente vulnerados con sus ojos tapados, sometidos a la tortura, entonces encontrar el lugar siempre era difícil, porque se imaginaban patios mucho más grandes de lo que son, habitaciones más grandes de lo que son, entonces, bueno, era como difícil. Decían “no, pero si yo estuve en un patio enorme” y a lo mejor el patio era de 2x2 pero estar a la intemperie y en esas condiciones, hace que la espacialidad se modifique y la memoria, la sensación sobre el espacio, sobre el frío, sobre el calor, sobre el ruido, sobre las distancias” (CATELA, 2015).*

Um exemplo interessante que pode ser citado para ilustrar algumas dessas *trampas* da memória percebi ao assistir a entrevista de Claudia Baldovin da *Colección Memorias de la D2*. Na segunda parte da entrevista, a entrevistada realizou um “reconhecimento” do prédio do antigo D2, acompanhada da equipe do APM. Ela identificou por onde entrou, onde ficou presa, sempre olhando para o piso, na intenção de reconhecer os espaços e suas histórias. Quando perguntada sobre o banheiro, lembrou de uma única ida durante sua detenção. Afirmou que se situava fora da sala onde estava presa, e foi levada pelos policiais.

*“A raíz de la recorrida, en seis días yo tengo que haber ido al baño. Me acuerdo una sola ida al baño. De una sola ida al baño, que estaba oscuro, el pasillo oscuro, porque el cana que me llevaba me levanto la venda en el trayecto al baño y me puso contra la pared y me dijo: Vos te da cuenta que ahora yo puedo hacer con vos lo que yo queira en este momento. Y dijo: vos flaca, pero a vos no tiene nada, alguna cosa así me dijo. Y era un pasillo que me llevaba al baño que era grande, imaginativo digamos, que era grande. Y de esa sola vez me acuerdo que fue al baño. De las otras veces no me acuerdo. Entonces digo, debería ter ido otras veces al baño? Pero si me acuerdo que esta noche que me buscaron, este día yo estaba menstruando, y mi mamá se preocupó cuando me llebaron, entonces bueno, yo tengo que haber ido al baño. Pero bueno, no, recuerdo esa sola vez.” (BALDOVIN, 2007).*

No processo de evocação da memória, a entrevistada interpreta as condições biológicas da necessidade de usar o banheiro diariamente, e se confronta com a seletividade de sua memória. Claudia dá indícios ao ouvinte de sua interpretação subjetiva do porquê

lembrou dessa única ida ao banheiro, ao relatar um fato que a marcou no trajeto, o assédio do carcereiro. A profundidade de sua consciência (no presente) de que deve ter ido ao banheiro outras vezes se manifesta quando afirma que estava menstruada quando foi presa, ressaltando assim que sua memória selecionou o que lembrar.

Há muitas pesquisas sobre a seletividade da memória, visto que seríamos incapazes de guardar tudo, com exceção de Funes, “*el memorioso*” de Jorge Luis Borges, que segundo seu criador, não era muito capaz de pensar, pois pensar era esquecer diferenças. Mas é importante observar que, por tratar-se de memórias traumáticas, o processo de seleção pode ter dificuldades que podem se intensificar ou ganhar conotações próprias.

Em muitos relatos que ouvi de ex-presos políticos, ao longo dos meus trabalhos com história oral para pesquisas acadêmicas e trabalhos institucionais de museus, esquecer determinados acontecimentos da vida, segundo eles, era necessário para seguir vivendo. Há casos de esquecimentos induzidos, em que há o desejo e o esforço de esquecer e os esquecimentos naturais, selecionados pelo próprio cérebro para defesa de sentimentos traumáticos, como pode ter sido o caso da Claudia. Uma possibilidade significativa é o constrangimento que pode ter sentido a testemunha, ao estar menstruada e tendo que ser acompanhada e vigiada por policiais homens, sem poder ao menos ver o que está acontecendo por estar vendada.

O relato de Cláudia também traz a tona os conflitos internos da entrevistada em relação a expectativa de que seu relato pudesse conter a verdade sobre os fatos ocorridos e como eram os espaços do antigo D2. E esta questão era desejada pela equipe que tinha a tarefa de reconstruir musealmente o lugar, já desconfigurado por reformas ao longo dos anos. A entrevistada, ao se referir ao “*pasillo*”, usa a palavra “imaginativo” para se referir ao tamanho do lugar descrito. Em um momento posterior, a entrevistada senta em um banco de cimento, e diz que lhe dá tranquilidade. A entrevistadora pergunta por que ela diz isso. A resposta nos dá muito a refletir: “*Reconocer. Esa inquietud que nos dio al principio de decir, no puedo determinar que esto sea. Te genera mucha ansiedad, en esto lo que hablavamos en el principio de la necesidad de hablar que tenemos y de decir, acá fue, acá me hicieron, acá pasó*” (BALDOVIN, 2007). A

entrevistada se encontra num ponto crucial de sua história, o reconhecimento do esquecimento, o sentimento de dever de memória e a sensação de conforto e calma com o enfrentamento com esse passado traumático através da palavra.

A palavra e a linguística são grandes aliadas dos pesquisadores no trabalho com a história oral. Alessandro Portelli (1996) nos alerta para a importância de os cientistas que trabalham com as narrativas orais terem em conta que as fontes são pessoas, não documentos, e que não exorcizem a subjetividade existente na narração. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais” (PORTELLI, 1996, 04).

### **IMPORTÂNCIA E UTILIDADE DESSES ARQUIVOS DE MEMÓRIAS**

Os arquivos apresentados conservam distintas possibilidades de contribuição com os sítios de memória que integram. Nos casos argentino e brasileiro, fazem parte da exposição dos museus de sítio. As entrevistas são percebidas pelas equipes de pesquisa histórica e museológica como instrumentos para realização de exposições, como foi o caso da exposição “Os advogados da resistência: o direito em tempos de exceção” do MRSP, ou o “Exílio” do APM. No processo de concepção dessas exposições, foram feitas entrevistas específicas sobre o tema pesquisado, e alguns trechos das entrevistas foram selecionados e incluídos na exposição, que no caso do MRSP, foi temporária. Posteriormente, todas as entrevistas realizadas no âmbito das exposições em questão foram incorporadas no arquivo de história oral das duas instituições museais.

Apesar da significativa importância que essas entrevistas possuem para as três instituições apresentadas neste artigo, é relevante mencionar o valor que esses testemunhos possuem para a sociedade civil dos três países: para os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que podem eventualmente dispor de informações novas sobre a trajetória carcerária, o que aconteceu com seu parente buscado, ou mesmo algo que tenha falado para o entrevistado no cárcere onde esteve; para a sociedade, que pode conhecer mais sobre o passado ditatorial através de pessoas que viveram o processo de repressão, resistência e transição para a democracia.

Mas também para os pesquisadores, que podem, através dos relatos das entrevistas transformados em fontes documentais, ampliar pesquisas antes reduzidas aos documentos oficiais produzidos pelos estados repressores. O princípio básico de todo historiador, de desconfiar das fontes, amplia a necessidade do trabalho com a história oral em pesquisas sobre os períodos ditatoriais no Cone Sul. Isso não significa que o pesquisador deve reproduzir fielmente as entrevistas, respaldando todas as informações nelas contidas. Mas é cabível analisar a construção dessas memórias, seus conteúdos e cruzar as informações com os documentos produzidos durante o período estudado. Nenhum desses documentos (os oficiais dos órgãos repressivos e as entrevistas) estão isentos de interesses em suas constituições, por isso a importância de sempre desconfiar das fontes.

Finalmente, é pertinente registrar a importância dessas entrevistas para os próprios entrevistados. No momento de conceder o testemunho sobre seu passado doloroso, conseguem falar, em alguns casos depois de anos de silêncio. Apesar do trabalho desses arquivos de história oral não buscarem ser ou realizar um trabalho terapêutico, o fato de voltar a esse passado nas entrevistas ajuda as vítimas através da fala e do compartilhamento, a romper fronteiras de silêncio autoimpostas ou impostas pela sociedade sobre suas vidas.

Buscando exemplificar um pouco dessa sensação relatada por muitos dos entrevistados nos três acervos, transcrevo abaixo a sensação exposta por uma entrevistada do Programa Coleta Regular de Testemunhos do MRSP, a ex-presa política e atriz Dulce de Carvalho. Dulce estudava teatro e era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista, e foi sequestrada quando participava de uma manifestação de sindicalistas no dia internacional dos trabalhadores, 1º de maio de 1970. Presa por agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna-DOI-Codi, foi posteriormente transferida para o Deops/SP, onde permaneceu presa. No cárcere, Dulce viu muitos de seus companheiros de militância serem massacrados após seções de torturas físicas e psicológicas. Ao finalizar seu testemunho, ela relatou como foi sua experiência de voltar a falar sobre esse doloroso tema.

*“É esquisito falar isso, né? É um prazer, não é um prazer. É uma alegria? Não, não é uma alegria. Mas é um momento de grande comunhão, é um momento de compartilhamento e que eu espero que assim como eu vocês possam chamar mais pessoas e que isso possa ser difundido, que tem que ser levado pras escolas, que tem que ser levado pras ONG’s, pra fazer, como chama? Apresentações em praça pública, têm que mostrar. Eles têm que saber. É a única forma que a gente vai poder ter de contar essa história. Enquanto os arquivos não forem abertos, enquanto a gente não souber onde foram parar os corpos, enquanto a gente não souber em que circunstâncias se deram, a gente não vai ter democracia. Não seremos um povo grande como nós podemos ser.”(CARVALHO, 2013).*

O sentimento exposto por Dulce seria um alívio pelo cumprimento de um suposto dever de memória sentido pelas vítimas? Algo é evidente entre as testemunhas, a preocupação com a preservação das memórias da repressão e da resistência durante os períodos ditatoriais. Mas também uma inquietação com o compartilhamento desses relatos com as novas gerações. A preocupação é quanto ao direito que as novas gerações possuem de dispor de informações sobre o que aconteceu em seus países na luta pela democracia, e que através desse conhecimento a bandeira do Nunca Mais seja efetiva no continente.

A importância da preservação e do direito à memória tem sido cada vez mais discutido e legitimado pelas convenções internacionais que trabalham com o tema dos direitos humanos. No entanto, há que se observar os chamados excessos ou compulsões memoriais estudados por pesquisadores como Joel Candau (2009), que define a compulsão de memória como mnemotropismo. Elizabeth Jelin (2002), analisando este fenômeno, afirma tratar-se de uma febre memorialista, bastante discutido por Andreas Huyssen (2001) ao analisar o medo do esquecimento. Mas, estudos anteriores, como o realizado por Pierre Nora (1993), já nos alertava para o acúmulo de documentos, arquivos, testemunhos, imagens, vídeos e outros vestígios que represente o vivido. Esses e outros pesquisadores alertam para a preocupação com o acúmulo de entrevistas realizadas sobre o mesmo tema e o esgotamento dos entrevistados. Há exemplos muito interessantes de serem analisados, como o da Fundação Getúlio Vargas, que exige uma cópia das entrevistas realizadas no âmbito das investigações feitas por alunos da instituição, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que alguns professores de programas de pós-graduação também exigem de seus orientandos que deixem cópia das entrevistas no Centro de Documentação da instituição (CEDIC – PUC/SP).

Sobre as análises feitas das metodologias utilizadas nos sítios de memória aqui apresentados, é crucial registrar que não existe (ou não deveria existir) uma receita metodológica pronta e acabada que deve ser seguida. Cada instituição precisa construir sua metodologia de trabalho de escuta da forma que seja mais apropriada para o trabalho que se deseja produzir. Um dos elementos fundamentais desse trabalho é o respeito aos entrevistados e a esse momento de escuta, que por vezes são experiências de despir histórias por anos ocultadas, e que são preversadas com muito respeito pelos três arquivos analisados.

## REFERENCIAS

**Archivo y Memoria. La experiencia del Archivo Oral de Villa Grimaldi.** Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi, Santiago, Chile, 2012. Disponível em: < <http://villagrimaldi.cl/wp-content/uploads/2011/07/Libo-Archivo-Oral-Final.pdf>>, acessado em 20/02/2017.

BALDOVIN, Claudia. **Entrevista para la Colección Memorias de la D2.** Archivo Provincial de la Memoria. Cordoba, 05/06/2007

CANDAU, Joel. **Bases Antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade.** Revista Memoria em Rede, Pelotas, v.1, n.1, dez. 2009/mar. 2010.

CARVALHO, Dulce Quirino de. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar.** Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Marcela Boni em 26/06/2013.

HANSEN, Henrique. **Entrevista sobre o Arquivo de História Oral do Archivo Provincial de la Memoria de Cordoba.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito em 07/07/2015, Cordoba, Argentina.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo Veintiuno de España editores, 2002.

MOYA, Anahi. **Entrevista sobre o Arquivo de História Oral da Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito em 27/09/2014, Santiago, Chile.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN: Pierre Nora (org.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République, 1984.

SAGREDO, Omar. **Entrevista sobre o Arquivo de História Oral da Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito em 28/04/2016, Santiago, Chile.

PORTELLI, Alessadro. **A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

**Video institucional del Area de historia oral.** Sin publicar. Archivo Provincial de la Memoria, 2009.